2.

Famílias de trabalhadores urbanos

Os estudos que abordam as famílias de classes populares no Brasil são recentes e reúnem dados ainda fragmentados, visto que, até bem pouco tempo, raramente estudava-se o tema.

Neste capítulo, meu objetivo é trazer informações sobre concepções de famílias de trabalhadores urbanos, com diferentes possibilidades de organização existentes na sociedade brasileira. Acredito, tal como Neder (2004) que

esta reflexão pode apontar a complexidade da questão, que envolve inclusive problemas de permanências culturais transcontinentais numa formação social relativamente jovem do ponto de vista histórico, e multiétnica do ponto de vista de sua composição demográfica (Neder, 2004, p. 35).

2.1. A família dos trabalhadores urbanos e a moralidade

A família, em meio a discussões sobre a sua desagregação ou enfraquecimento, está presente e permanece como espaço privilegiado de socialização, de prática de tolerância e divisão de responsabilidades. Também é o lugar inicial para o exercício da cidadania sob o parâmetro da igualdade, do respeito e dos direitos humanos (Ferrari & Kaloustian, 2004).

Para os trabalhadores urbanos, a família está associada àqueles em quem se pode confiar. Sua constituição não está limitada à pertinência a um grupo genealógico. Sua extensão vertical do parentesco restringe-se àqueles com quem convivem ou conviveram, raramente ultrapassando os avós.

Klaas Woortmann (1987) reivindica a necessidade de um vínculo mais preciso do que o de sangue para demarcar quem é parente ou não entre os trabalhadores urbanos. Assim, a noção de obrigação torna-se central, sobrepondo-se aos laços de sangue. A mesma autora afirma que a relação entre pais e filhos constitui o único grupo em que as obrigações são preestabelecidas. As outras relações podem ser seletivas, dependendo de como se organizem as obrigações mútuas dentro da rede de sociabilidade. Nesse universo, não há relações com

parentes de sangue se com eles não for possível dar, receber e retribuir (cf. Mauss, 1974).

Segundo Woortmann (1987) e Sarti (1994), as retribuições que se esperam nas relações entre os trabalhadores urbanos não são imediatas, é necessária a confiança de que a ajuda chegará em um momento de aflição. O que marca essas relações familiares é “a ausência de cálculo de dívida explícito” (Woortmann, 1987, p. 197). É exatamente esse auxílio desinteressado que marca as relações familiares, na medida em que o interesse constitui uma categoria fundamentalmente individualista em oposição à noção de necessidade, utilizada pelos trabalhadores urbanos como critério para definir a noção de ajuda (Sarti, 2003). Não se trata, então, de uma troca de favores que se estabelece de forma imediata, mas de uma “cadeia difusa de obrigações morais, em que se dá, na certeza de que de algum lugar virá a retribuição” (Sarti, 2003, p. 86).

Sarti (1994) acrescenta que o uso do sobrenome, ferramenta demarcadora de poder dos grupos dominantes, é pouco significativo entre os trabalhadores urbanos. Como não há *status* a ser transmitido, “o que define a extensão da família é a rede de obrigações que se estabelece” (p. 52).

Sendo assim, a noção de família define-se em torno de um eixo moral (cf. Sarti, 1994). Suas fronteiras sociológicas são traçadas a partir de um princípio da obrigação moral que fundamenta a família, estruturando suas relações.

Essa moralidade torna-se uma referência simbólica fundamental, traduzindo o mundo social ao orientar e atribuir significado às relações internas e externas à família. Essa projeção para além da casa, configura um sistema de valores que incide sobre o modo de pensar o mundo social e se posicionar frente a ele (Sarti, 1994).

2.2. Homens, mulheres e crianças nas famílias de trabalhadores urbanos

As famílias, de um modo geral, estruturam-se a partir de relações afetuosas de autoridade e poder, nas quais os membros que a compõem ocupam posições hierárquicas, com direitos e deveres específicos (cf. Romanelli, 1997). A partir dessa organização, é possível conceber o papel de cada integrante do sistema familiar (homens-maridos, mulheres-esposas e crianças-filhos) bem como as

representações que se tem desses papéis dentro de cada grupo, em função da classe social de origem.

2.2.1. O lugar do homem

Em linhas gerais, pode-se dizer que do homem-marido espera-se que seja o provedor. Além de atender às necessidades básicas de sua família, espera-se que ele cumpra uma presença moral como marido e pai, conferindo respeitabilidade ao grupo doméstico (cf. Sarti, 1989; Agier, 1990).

Para a população trabalhadora, as representações a respeito de homem digno e respeitável associam-se diretamente à noção de trabalhador. Essa característica seria o eixo central na organização da identidade masculina, “porque é trabalhador, sujeito adequadamente inserido em uma ordem social estabelecida, pode realizar de modo satisfatório outros aspectos da identidade social...” (Romanelli, 1997, p. 32), como ser marido, pai e amigo, por exemplo.

O homem corporifica o papel de mediador da família com o mundo externo. Ele é a autoridade moral, responsável pela respeitabilidade familiar. Para constituir uma boa autoridade, digna da obediência que lhe corresponde, não basta ao homem prover a casa, é preciso mostrar que é correto em sua conduta. Assim, o homem alcoólatra, por exemplo, perde a capacidade de comandar.

Portanto, a autoridade paterna se constitui de dois elementos: a moral somada ao ganho econômico.

2.2.2. O lugar da mulher

Assumindo uma relação complementar ao papel do homem, o papel da dona de casa é fonte de dignidade pessoal, tal qual ao homem provedor. Ainda que a mulher não promova o sustento, não significa que ela não tenha autoridade. Essa complementação existente entre as representações do homem e da mulher corresponde à diferenciação entre casa e família.

A casa é identificada com a mulher e a família com o homem. Casa e família, como o homem e a mulher, constituem um par complementar, mas hierárquico. A família compreende a casa, a casa está, portanto, contida na família (Sarti, 1994, p. 47).

À mulher, cabe uma importante dimensão da autoridade: manter a unidade do grupo. Ela é quem cuida de todos e zela para que tudo esteja em seu lugar. Parry Scott (1990) observa que no discurso masculino a casa deve estar sob controle, mas são as mulheres que ativamente controlam a casa. “É a ‘patroa’, designação que revela o mesmo padrão de relações hierárquicas na família e no trabalho” (Sarti, 2003, p. 64).

Do mesmo modo, a autoridade feminina vincula-se à valorização da mãe em um universo simbólico no qual a maternidade faz a mulher ser mais mulher, tornando-a reconhecida como tal. Caso a maternidade não aconteça, ela será vista apenas como uma potencialidade, algo que não se completou (cf. Sarti, 2003, p. 64).

No que diz respeito à criação dos filhos, a representação sobre a maternidade é a de que esta deve ser zelosa. Na prática cotidiana dessas famílias, entretanto, a necessidade de conciliar o cuidado da prole e uma série de atribuições, principalmente quando a mulher possui um (sub)emprego, faz com que ela recorra a determinadas estratégias, tais como a educação dos filhos para que sejam independentes o mais rápido possível (cf. Romanelli, 1997) e a circulação de crianças.

Outro importante fundamento da autoridade da mulher está no controle do dinheiro. Essa função não tem relação apenas com sua capacidade individual em ganhar dinheiro, mas é mais uma atribuição de seu papel de dona de casa (cf. Zaluar, 1985).

A expectativa da mulher-esposa integrar econômica e profissionalmente a sociedade é relativamente pequena (cf. Bazon, 2000). A socialização nos segmentos populares favorece seu desenvolvimento e atuação na esfera privada. Como elas, geralmente, não têm uma formação profissional, a possibilidade de empregos é limitada e costuma estar relacionada à execução de tarefas de cunho doméstico, financeiramente desvalorizadas no mercado de trabalho (cf. Agier, 1990).

Quando há arranjos matrifocais, as mulheres costumam assumi-los como algo provisório em virtude da esperança e das ações que elas empreendem para poder atualizar o modelo de família nuclear e “ter um homem em casa”. Enquanto

esperam, essas mulheres costumam buscar a presença de outras figuras masculinas na rede familiar.

2.2.2.1. A mãe solteira

A aceitação da mãe solteira envolve questões importantes. Em primeiro lugar, ela costuma ser vista como vítima de um homem mau caráter, que não assume os efeitos de seus atos, ainda que não haja obrigação de casar. Algumas são expulsas de casa, porém, normalmente, a criança é incorporada ao núcleo familiar da mãe.

A essa mulher é dada a chance de reparação: “ter o filho e conseguir criá-lo transforma-se, então, na prova de um valor associado à coragem de quem enfrenta as consequências dos seus atos” (Sarti, 2003, p. 75).

Nesse prisma, o aborto é condenado, considerando-o vaidade, em oposição à responsabilidade (cf. Sarti, 2003, p. 75). Ele só é compreensível e moralmente aceito em casos de necessidade, como nos casos de mulheres que já tenham muitos filhos.

A força para o trabalho torna-se o meio através do qual a mulher pode “reparar seu erro” de ter uma vida sexual sem parceiro fixo ou irresponsável. O trabalho para sustentar o filho confere a ela a mesma autonomia moral que é reconhecida ao homem: de trabalhadora, de provedora.

Nessa perspectiva ligada à moralidade, “o ‘direito’ ao prazer sexual implica o ‘dever’ de assumir as consequências, a possibilidade do filho, que é colocado como uma inevitabilidade da vida sexual, fazendo com que a reprodução legitime moralmente a sexualidade” (Sarti, 2003, p. 76).

2.2.3. O lugar dos filhos

O projeto do casamento, no qual está implícita a constituição de uma família, é indissociado da idéia de ter filhos (cf. Sarti, 1985). A idéia de família compõe-se, então de três peças: o casamento (o homem e a mulher), a casa e os filhos.

Se comparada a outras relações familiares, a relação entre pais e filhos é, sem dúvida, a que estabelece o vínculo mais forte. Nela residem as obrigações morais mais significativas.

Se, na perspectiva dos pais, os filhos são essenciais para dar sentido ao seu projeto de casamento, “fertilizando-o” para não serem uma árvore seca e tantas outras metáforas que exemplificam a analogia da família com a natureza, dos filhos é esperada uma retribuição, que existe enquanto compromisso moral. Retribui-se moralmente, se a mãe ou o pai vierem a precisar, ou sendo um bom filho, isto é, honesto, trabalhador (Sarti, 1994, p. 50).

Há uma forte hierarquia entre pais e filhos. A educação é concebida como o exercício unilateral da autoridade. No entanto, as crianças gozam de certas regalias, como a prioridade na distribuição da comida. Esses privilégios vão sendo perdidos conforme estejam em condições de repartir as obrigações familiares, assemelhando-se ao estatuto dos outros membros da família. O início dessas obrigações depende das condições em que a família está inserida.

Sendo assim, torna-se difícil delimitar, com precisão, a infância entre os trabalhadores. Dauster (1992) observa que, desde muito cedo, com 6 ou 7 anos, a grande maioria das crianças das famílias trabalhadores já teriam atribuições dentro de casa. Suas brincadeiras, portanto, alternam-se com as frequentes tarefas que lhes são designadas.

Os filhos dão à mulher e ao homem uma idéia de maioridade, devendo torná-los responsáveis por suas próprias vidas. Idealmente, isso implicaria uma desvinculação da família de origem e a criação de um novo núcleo familiar. Nesses casos, o filho pode ser visto como um instrumento para essa mudança. Daí, o uso deliberado da gravidez na tentativa de romper com a família e forçar um namorado/noivo a assumir compromisso.

Assim, no que concerne às crianças, filhas de trabalhadores urbanos, pode-se imaginar que, ao longo de suas vidas, elas “circulem” entre diferentes unidades domésticas e ambientes diversos. Dessa forma, interiorizariam diferentes modelos de conduta, às vezes, até mesmo, contraditórios e ambíguos.

De forma geral, é nesse contexto de condições precárias e de instabilidade, permeado por valores e significados próprios, relativos à infância e às práticas

educativas, que as crianças, filhos de trabalhadores urbanos, desenvolvem-se e têm as suas identidades construídas.

2.3. Quando o núcleo independente não é possível

Com o casamento, o ideal é a formação de um núcleo independente: “quem casa quer casa”. A casa é o núcleo onde se realiza o projeto de ter uma família, permitindo a realização dos papéis centrais na organização familiar: o de pai de família e o de mãe-dona de casa (cf. Woortmann, 1982).

Na impossibilidade de ter uma casa, formando um núcleo independente para a efetiva realização das diferentes atribuições do homem e da mulher, a rede familiar se mantém na cena cotidiana. O novo casal fica na casa de familiares de um dos cônjuges, criando uma situação sempre concebida como provisória, pelo incômodo de morar na casa alheia.

Nesses casos, “a tendência, pelo menos no primeiro casamento, onde as expectativas de realização do padrão ideal são maiores, é que fiquem na casa dos pais do marido, respondendo à atribuição masculina de prover o teto” (Sarti, 1994, p. 47).

Até mesmo nos casos em que núcleos independentes são formados, os vínculos com a rede familiar mais ampla não se desfazem com o casamento, pelas obrigações que continuam existindo em relação aos familiares e que não se rompem necessariamente. Estas são refeitas em outros termos, sobretudo diante da instabilidade dos casamentos entre os trabalhadores urbanos, dificultando a realização do padrão conjugal.

Assim, a família ultrapassa os limites da casa, envolvendo a rede de parentesco mais ampla, sobretudo quando se frustram as expectativas de se ter uma casa e realizar os papéis masculinos e femininos. Nesses casos, comuns entre os trabalhadores urbanos devido às dificuldades de atualizar o padrão conjugal em família, ressalta a importância da diferenciação entre a casa e a família para se entender a dinâmica das realizações familiares (cf. Fonseca, 1987; Woortmann, 1987).

Segundo Neves (1984), Fonseca (1987), Scott (1990) e Sarti (2003), as famílias de trabalhadores urbanos dificilmente passam pelos ciclos de desenvolvimento do grupo doméstico sem rupturas, sobretudo na fase de criação

dos filhos, o que implica alterações muito frequentes nas unidades domésticas. As dificuldades enfrentadas para a realização dos papéis familiares no núcleo conjugal, diante de uniões instáveis e empregos incertos levam a se desencadearem arranjos que envolvem a rede de parentesco como um todo, para viabilizar a existência da família, tal como a concebem.

2.4. Deslocamento das figuras masculina e feminina

Em muitas famílias trabalhadoras, a mulher assume a responsabilidade econômica da casa. Nesses casos, ocorrem modificações importantes no jogo de relações de autoridade e efetivamente a mulher pode assumir o papel masculino de chefia. Nesse momento, a autoridade masculina é abalada, já que o homem deixa de garantir o teto e o alimento da família. Essa mudança no papel de provedor afeta também a base do respeito que lhe devem seus familiares, significando uma perda para a família como um todo. Os demais integrantes dessa família tendem a buscar uma compensação por meio da substituição da figura masculina de autoridade em outros homens da rede familiar.

Para a mulher, geralmente, cumprir o papel masculino de provedor econômico não configura, de fato, um problema, já que está acostumada a trabalhar. O problema parece estar em manter a dimensão do respeito conferida pela presença masculina. Nas palavras de Sarti (1994):

Quando as mulheres sustentam economicamente suas unidades domésticas, podem continuar designando, em algum nível, um ‘chefe’ masculino. Isto significa que, mesmo nos casos em que a mulher assume o papel de provedora, a identificação do homem com a autoridade moral, a que confere respeitabilidade à família não necessariamente se altera (p. 48).

Nos casos de separação conjugal e de novos casamentos, o novo marido não necessariamente ocupa o lugar masculino em relação aos filhos de sua mulher. Os frequentes casos de separação e a frequente ocorrência de gravidez entre as adolescentes levam a uma divisão dos papéis masculinos e femininos entre diversos homens e mulheres na rede familiar, deixando de se concentrar no núcleo conjugal.

A sobrevivência dos grupos domésticos das mulheres que chefiam suas famílias é possibilitada pela mobilização cotidiana de uma rede familiar que ultrapassa os limites das casas. Nesses deslocamentos, o filho mais velho se destaca como aquele que cumpre o papel de cuidador.

O trabalho soteropolitano de Michel Agier (1990) e o porto-alegrense de Claudia Fonseca demonstram a estreita dependência entre laços consanguíneos e laços conjugais em qualquer sociedade. Segundo Françoise Héritier (1975), há uma relação pendular e inversa entre esses dois termos: ao enfraquecimento de um tipo de vínculo corresponde ao fortalecimento do outro (*apud* Sarti, 2004, p. 49).

Dentro desse universo simbólico, ressurge entre os trabalhadores urbanos a figura do irmão da mãe. Sobretudo nos momentos do ciclo de vida em que o pai da mulher já é idoso e não tem mais condições de dar apoio, o irmão surge como a figura masculina mais provável de ocupar o lugar da autoridade masculina, garantindo a respeitabilidade de seus consanguíneos. Woortmann (1987) e Fonseca (1987) reconhecem também obrigações do irmão de uma mulher para com ela, como uma espécie de substituto do marido, assumindo parte das responsabilidades masculinas quando a mulher é abandonada.

Nas famílias que cumprem os ciclos de desenvolvimento da vida familiar sem rupturas, o pai-marido tem um papel central dentro de uma relação complementar e hierárquica com a mulher, concentrados no núcleo conjugal (cf. Sarti, 1994). Contudo, essa situação não exclui a transferência de atribuições à rede mais ampla, principalmente quando a mãe trabalha fora. Nas famílias desfeitas e refeitas, os arranjos deslocam-se mais intensamente do núcleo conjugal-doméstico para a rede mais ampla, sobretudo para a família consanguínea da mulher.

O papel fundamental da mulher na casa dá-se, portanto, dentro de uma estrutura familiar em que o homem é essencial para a própria concepção do que é a família, porque a família é pensada como uma ordem moral, na qual o homem representa a autoridade. Mesmo quando ele não provê a família, sua presença permanece necessária. A autoridade na família, fundada na complementaridade hierárquica entre o homem e a mulher, entretanto, não se realiza obrigatoriamente nas figuras do pai e da mãe. Diante das frequentes rupturas dos vínculos conjugais e da instabilidade do trabalho que assegura o lugar do provedor, a família busca atualizar os papéis que a estruturam, através da rede familiar mais ampla.

O fato de a família trabalhadora se constituir como rede permite relativizar o sentido do papel central das mulheres na família. Não se trata de contrapor normas “patriarcais” e práticas “matrifocais”, como propõe Woortmann (1987), na medida em que as práticas se definem articuladas a normas e valores sociais. A prática contém em si a norma em sua forma positiva ou como transgressão. Pela forte demarcação de gênero e pelas dificuldades de realização do modelo nuclear, não necessariamente as figuras masculinas e femininas são depositadas no par pai-marido e mãe-esposa, mas são transferidos para outros membros da rede familiar, reproduzindo essa estrutura familiar básica.

2.5. A “circulação de crianças”¹

Nos casos de instabilidade familiar, geralmente por separações e mortes, aliada à instabilidade econômica estrutural e ao fato de não existirem instituições públicas de guarda, às quais as crianças poderiam ser confiadas temporariamente, as crianças passam a ser não uma responsabilidade exclusiva da mãe ou do pai, mas de toda a rede de sociabilidade em que a família está envolvida.

Fonseca (1986) argumenta que há uma coletivização das responsabilidades pelas crianças dentro do grupo de parentesco, caracterizando a “circulação de crianças”. Essa prática inscreve-se dentro da lógica de obrigações morais que caracteriza a rede de parentesco entre os trabalhadores urbanos.

Em novas uniões conjugais, os direitos e deveres entre pais e filhos no grupo doméstico ficam abalados. Essa mudança pode levar a ampliação da rede para fora do núcleo, já que comumente há um conflito entre conjugalidade e maternidade.

Caso o escolhido seja o cônjuge, a criança tende a ser confiada a uma outra mulher, consanguínea ou não, mas sempre dentro do grupo de referência dos pais. Dentro dessa circulação de crianças, existe um outro caminho temporário, mas

¹ Segundo Fonseca (1995, p. 116), para designar toda transação pela qual a responsabilidade de uma criança é transferida de um adulto para outro, os etnólogos tendem atualmente a utilizar a expressão “circulação de crianças”. O fenômeno inclui diversas situações, abarcando as crianças em situação de rua, as institucionalizadas, os chamados “filhos de criação”, as crianças formalmente adotadas e até mesmo os chamados arranjos de *child care*. Levando em conta que no Brasil algumas crianças nem sempre passam toda a sua infância junto aos seus genitores, vivendo por algum tempo (se não todo o tempo) junto a outras pessoas e/ou instituições.

indesejável: os reformatórios, que surgem como última alternativa e envolvem criminalidade.

Ainda que a instabilidade familiar seja um fator preponderante nessa circulação, ela pode acontecer mesmo em famílias que não se romperam. Fonseca mostra como a mãe que dá seu filho para criar pode exigir retribuição, considerando que, ao darem seus filhos “sacrificam suas prerrogativas maternas em benefício destes” (Fonseca, 1986, p. 12). Quando se dá aos pais adotivos uma criança, esta se constitui como dádiva (cf. Sarti, 1994, p. 51).

Aqui, não se trata de uma adoção, isto é, da transferência total e permanente dos direitos sobre a criança. A circulação de crianças é uma forma de transferência parcial e temporária (*fosterage*), que abre espaço para relações de obrigação entre os pais biológicos e adotivos.

A circulação como padrão legítimo de relação com os filhos, então, pode ser interpretada como um padrão cultural que permite uma solução conciliatória entre o valor da maternidade e as dificuldades concretas de criar os filhos, levando as mães a não se desligarem deles, mas a manterem o vínculo através de uma delegação temporária (cf. Sarti, 2003).

2.6. A família patriarcal entre os trabalhadores urbanos

O uso da noção de família patriarcal para analisar os trabalhadores urbanos pode aparentar uma incompatibilidade. Porém, com sapiência, Sarti (1992) sugere essa concepção para pensar os trabalhadores urbanos, tendo em vista uma questão específica: a moralidade familiar. A antropóloga repensa a família patriarcal como modelo de autoridade, referindo este arquétipo ao quadro mais amplo de referências culturais dos trabalhadores.

Para sua argumentação, a autora traz dois lados dessa questão. Um deles refere-se ao legado da família patriarcal, o conhecido “familismo brasileiro”, onipresente nas relações sociais brasileiras: a idéia de que o desenho da autoridade patriarcal estende-se a outras esferas da vida social, além da família que lhe deu origem. Essa idéia tornou possível ver o Brasil como um país onde instituições políticas e sociais são permeadas por relações pessoais.

Num país onde os recursos de sobrevivência são privados, dada a precariedade dos serviços públicos de educação, previdência, saúde, amparo à velhice, à criança etc., por isso mesmo a família, com suas relações hierárquicas e de reciprocidade, continua sendo um meio de vida, trazendo a marca de uma autoridade de base patriarcal, privatista (Sarti, 1992, p. 40).

O outro lado está associado à existência do forte componente hierárquico nas relações familiares e sociais das camadas de baixa renda. Entendendo a família patriarcal como modelo ideológico, a diversidade de formas de organização familiar não significa que a forma dominante não tenha força como paradigma social que se impõe para toda a população.

Ainda que hoje não exista mais como um sistema “absorvente” (Freyre, 1980), responsável social, econômica e politicamente por seus membros, ela não deixou de existir como modelo de autoridade. A família patriarcal permanece como parte integrante das representações sobre a família entre os trabalhadores urbanos (Sarti, 1992).

Sarti desconstrói a aparente incoerência da contribuição da noção de família patriarcal, focando na possibilidade da construção de um modelo de explicação que articule o micro e o macro, o público e o privado, as relações internas e o mundo exterior à família. Isso porque essa noção contém uma idéia de autoridade que configura uma forma de mediação entre o privado e o público.

Como modelo, portanto, a família patriarcal não tem correspondência empírica imediata. Ela existe enquanto representação e enquanto norma para ordenar o que poderia ser ordenado de outra maneira.

2.7. Família, moral e trabalho

A bibliografia sobre os trabalhadores urbanos já evidenciou a heterogeneidade dos moradores da periferia. Em contrapartida, parece haver uma relativa uniformidade de seus rendimentos e de seu modo de vida, em que se destaca importância do local de moradia como base de uma identidade coletiva (cf. Sarti, 1985a; Sarti, 2003; Zaluar, 1985).

Os moradores do Morro do Sossego, Vila Rosário, reproduzem essa diversidade, trabalhando na indústria, no comércio ou na prestação de serviços e apresentam, por outro lado, uma significativa homogeneidade no que se refere aos

seus baixos rendimentos e à sua qualificação. Existe também um grande número de desempregados que vivem de benefícios governamentais como pensões por motivo de doença ou viuvez, o Bolsa Família² e a aposentadoria. A predominância, porém, é de trabalhadores subempregados não-especializados, que sustentam suas famílias por meio de “biscates”.

Para essas pessoas, o trabalho não é apenas instrumento da sobrevivência material, mas constitui a base de sua identidade de homem e de mulher. É através do trabalho, de sua disposição de vencer e de sua honestidade que esses trabalhadores urbanos de Vila Rosário sentem-se iguais aos abastados financeiramente. Como postula Sarti (2002):

o valor moral atribuído ao trabalho compensa as desigualdades socialmente dadas, na medida em que é construído dentro de outro referencial simbólico, diferente daquele que o desqualifica socialmente (p. 89).

Pitt-Rivers (1988) fala da retratação do valor do trabalho sob o capital por meio da honra. Esta não está associada à posição social, ela se vincula à afirmação de si em face dos outros, instrumentalizada pelo trabalho. Ter um ofício, trabalhar por conta própria ou fazer trabalhos considerados não-qualificados traduzem serviços que exigem qualidades morais como coragem e disposição.

As análises que aqui apresento contribuem para a compreensão dos papéis dos membros das famílias de trabalhadores urbanos, bem como sua relação com o trabalho e a moralidade.

² O Bolsa Família é um programa de transferência de renda do Governo Federal. Esse projeto beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. A depender da renda familiar por pessoa (limitada a R\$ 140), do número e da idade dos filhos, o valor do benefício recebido pela família pode variar entre R\$ 32 a R\$ 242.